

## O atraso como instrumento de poder – o caso de Tefé no Amazonas no início do século XXI

The delay as an instrument of power – the case of Tefé in the Amazonas at the beginning of the 21st century

Kristian Oliveira de Queiroz\*

**Resumo:** Esse artigo visa discutir a partir de um contexto histórico o uso reiterado do território e dos recursos naturais na Amazônia por projetos que nunca se concluíram conduzidos pelo binômio governo e iniciativa privada. Os entraves provenientes da instalação de uma termelétrica movida à biomassa de dendê e dos interesses de agricultores, indígenas, da Igreja e agentes internacionais na região de Tefé no Amazonas são discutidos à luz da teoria da obra “O poder do atraso: ensaios da sociologia da história lenta” de José de Souza Martins. A metodologia se baseou no levantamento bibliográfico e no trabalho de campo com visitas institucionais e entrevistas. Evidencia-se a partir desse artigo que algumas iniciativas que visam promover projetos de desenvolvimento regional em espaços periféricos, como a Amazônia, não se concluem em função da produção de informações distorcidas e relações alienadas entre agentes mundiais e do Estado; isso acarreta conflitos de terras, desigualdades sociais e exclusão de grupos étnicos, agricultores e pobres populações urbanas.

**Palavras-chave:** Amazônia, conflitos sociais, Tefé.

**Abstract:** This article aims to discuss, from a historical context, the repeated use of territory and natural resources in the Amazon by projects that were never concluded, led by the government and private initiative. The obstacles arising from the installation of a thermoelectric powered by oil palm biomass and the interests of peasants, indigenous people, the Church and international agents in the region of Tefé in Amazonas are discussed in the light of the theory of the work “The power of delay: essays on the sociology of slow history” by José de Souza Martins. The methodology was based on a bibliographic

---

\* Pós-doutor em Geografia humana pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas.

survey and on fieldwork with institutional visits and interviews. It is evident from this article that some initiatives that aim to promote regional development projects in peripheral spaces such as the Amazon are not concluded due to the production of distorted information and alienated relations between world agents and the State; this leads to land conflicts, social inequalities and exclusion of ethnic groups, farmers and poor urban populations.

**Keywords:** Amazon, social conflicts, Tefé.

### Introdução

A Amazônia é objeto de muitas políticas e iniciativas implementadas com o objetivo da integração, ocupação e crescimento econômico da região desde a década de 1960, direcionadas com o intuito de desenvolvê-la e integrá-la economicamente ao país.

No Estado do Amazonas a experiência advinda dos incentivos fiscais que permitem a aliança entre Estado e iniciativa privada, notoriamente dinamizada pelas atividades da Zona Franca de Manaus (ZFM) e do Polo Industrial de Manaus (PIM) direcionou o que Silveira (1996) chama de compartimentação do território<sup>1</sup>. Diversos projetos de desenvolvimento regional envolvendo o governo e empresas foram implementados. Alguns desses projetos tentaram viabilizar formas de alavancar a produção agrícola-industrial que beneficia a geração de emprego e renda no interior do Estado (PINHEIRO, 2008).

Estas ações se caracterizam pelo envolvimento de diversos membros da elite local, elencada por integrantes de grupos políticos tradicionais de caráter clientelista e oligárquico com um histórico caracterizado por transações e troca de favores com o Estado mascarando as relações sociais e de trabalho embutidos no atraso econômico, social e político do país (MARTINS, 1999, p.147).

Este binômio “Governo/Iniciativa Privada” que provê benefícios à expansão do capital privado sob a proteção econômica e política do Estado (IANNI, 1978, p.228) proporcionou a construção de um arcabouço político-administrativo que subsidia um

---

<sup>1</sup> Compartimentações do território são valorizações feitas, crescentemente pelas firmas, mas com a ajuda do poder público devotado a inventar a viabilidade do território para as empresas. É o caso das Zonas Francas, dos portos secos, dos leilões dos pedaços de território para concessão dos serviços públicos privados (SILVEIRA, 2003, p.414).

modelo de política econômica com o fim de promover o desenvolvimento espacial e setorial no território.

Em Tefé, município localizado na região do Médio Solimões amazonense, o Estado buscou realizar experiências com essa configuração organizacional junto às empresas que planejam explorar o uso da terra no município, as consequências destas ações se materializaram em conflitos envolvendo camponeses, índios, Igreja Católica e a iniciativa privada, esta última sob a proteção econômica e política governamental.

Esse artigo busca discutir a iniciativa da empresa Brasil Bio Fuels (BBF) de instalar uma usina termelétrica em Tefé no ano de 2010 utilizando e produzindo biocombustível de palma de dendê e capim elefante. Isso se realiza via a fundamentação teórica da obra “O poder do atraso – ensaios de sociologia da história lenta” de José de Souza Martins (1999) com o objetivo de refletir sobre os conflitos que emperram o pleno desenvolvimento da região, prejudicando a qualidade de vida e a produção de sua população rural e urbana.

A metodologia deste estudo adotou o levantamento bibliográfico e documental bem como o trabalho de campo com entrevistas institucionais aos gestores da Comissão Indígena Missionária (CIMI); do Grupo de Trabalhos Amazônicos (GTA); da Prelazia de Tefé; Fundação Nacional do índio (FUNAI); aos agricultores do Igarapé do Pavão; pesquisadores que participaram do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da BBF. O manejo dessas informações permitiu elaborar uma interpretação sobre o poder do passado na região, o vigor do atraso nas relações provenientes do binômio governo-iniciativa privada. ]

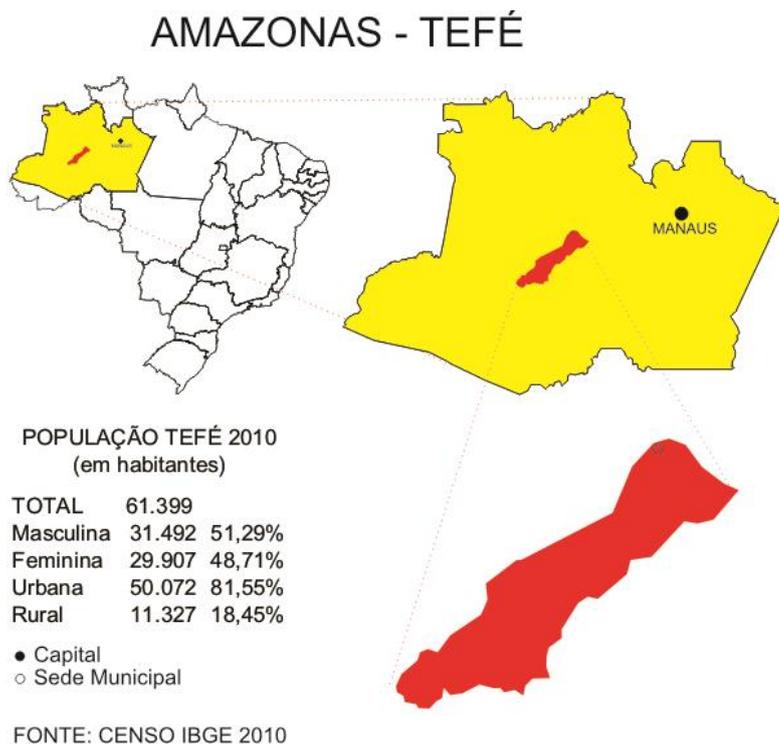
Seno assim, esse artigo propõe uma discussão a partir de uma contextualização histórica das ações locais e globais dos fatos que antecederam e provocaram um uso contínuo dessa fração do território amazônica para fins escusos bem como de argumentos semelhantes para ludibriar as populações rurais e urbanas; gerando consequências que corroboraram para as desigualdades, ao enriquecimento de agentes provenientes de lugares distantes e à fragmentação social.

Esse artigo promove subsídios para compreender o desrespeito aos interesses e direitos de agricultores, de indígenas e da Igreja assim como a perpetuação dos problemas primordiais que levaram aos projetos especiosos que nesse caso se configura como o precário fornecimento de energia elétrica no município de Tefé; problema comum e crônico a todos os 62 municípios do Amazonas.

**Tefé: um breve panorama geográfico econômico**

O município de Tefé possui uma posição geográfica estratégica privilegiada no estado do Amazonas, na desembocadura dos rios Tefé e Japurá, no centro do rio Solimões, fração do maior rio do mundo, o rio Amazonas. Essa situação geográfica permite amarrar as tramas que beneficiam os fluxos da dinâmica territorial da região do Solimões nessa fração do Brasil, primordialmente com fins missionários e posteriormente geopolíticos (QUEIROZ, 2015). Seu significado histórico é relevante na produção das relações úteis ao estabelecimento das fronteiras no Vale do Amazonas desde as disputas territoriais entre espanhóis e portugueses no século XVIII e XIX; se destaca entre as cidades médias amazônicas mais importantes para o desenvolvimento regional (TOURINHO, 2011).

Figura I – Tefé no Brasil



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Suas responsabilidades territoriais possibilitaram ser uma das primeiras cidades do Brasil (THÉRY e MELLO, 2009, p.53) atraindo instituições federais e estaduais importantes para a criação de um mercado consumidor constituído por funcionários públicos assalariados que fomentam o comércio e os serviços da cidade e da região (QUEIROZ, 2018). Sua potencialidade intrínseca econômica (COSTA, 2008) está estruturada nesta centralidade territorial vinculada às funcionalidades organizadas e estruturadas a setores

em torno da administração, dos transportes e do comércio que somadas à sua posição geográfica vantajosa beneficia a circulação em toda a região em que está inserida (QUEIROZ, 2015).

A agricultura de subsistência é o que caracteriza o setor agrário no município, as 107 comunidades tradicionais rurais distribuídas em seu território (PESSOA, 2020) produzem frutas e legumes típicos da região. A mandioca (de onde se produz a farinha) é o produto mais cultivado pelos agricultores, estes vendem o excedente para “atravessadores” da região do Médio Solimões ou no Mercado Municipal de Tefé (QUEIROZ, 2022). A produção pesqueira, da mesma forma, tem suas atividades baseadas no modelo de subsistência. Pescadores e agricultores comercializam seus excedentes no Mercado Municipal de Tefé que também oferece produtos advindos de vários municípios da região. A presença de agentes locais com relações com empresas nacionais, suprindo o mercado e a população da região com frutas e legumes exhibe a acessibilidade aos agentes nacionais úteis à integração e ao desenvolvimento nesta fração da Amazônia Ocidental.

A indústria em Tefé e na região é restrita baseada na produção de castanha como matéria prima e de vassouras; há metalúrgicas, o que Santos (2002, p.66) chama de “indústrias-serviço” ou “oficinas de conserto de veículos, suscetíveis a transformar-se em oficinas metalúrgicas, chegando até alimentar indústrias modernas com dificuldades de prover peças sobressalentes” (SANTOS, 2002, p. 66). A pecuária de corte depende da compra de bovinos e caprinos do estado do Pará, principalmente das cidades do Baixo Amazonas como Alenquer e Santarém. Rebanhos com fins de produção láctea são poucos, apenas alguns fazendeiros produzem para si e vendem para clientes restritos. A severidade do clima equatorial propicia poucos pastos naturais o que restringe a ampliação deste recurso econômico. Mesmo assim, o comércio de carnes bovinas, bubalinas, caprinas e de caça<sup>2</sup> é significativo para a economia da cidade e da região, permitindo o estabelecimento de fazendas de pequeno e médio porte para suprir essa demanda.

Várias associações e sindicatos que representam os interesses das comunidades rurais e dos agricultores se estruturaram na cidade, porém as ações alimentadas por incentivos governamentais não se desenvolvem apesar do Instituto de Desenvolvimento

---

<sup>2</sup> Carnes de paca, anta, jacaré, tatu, cutia e outros animais silvestres são muito apreciadas pela população local e bastante consumidas nos bairros mais carentes da cidade. Entretanto, são proibidas por Lei de serem comercializadas, e sua apreensão pela Polícia Federal acarreta multa e/ou prisão de acordo com a quantidade ou a espécie do animal apreendido para consumo, por isso este tipo de comércio alimenta o mercado ilegal no consumo de animais silvestres, incluindo quelônios negociados a altos preços como a tartaruga, iacá e o tracajá.

Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) fornecer subsídios e créditos por meio de programas públicos para o setor agrário.

É preciso ressaltar que Tefé é o maior centro urbano do Solimões (IBGE, 2013). Sua economia se estrutura nos serviços e no comércio alimentado por um mercado consumidor de assalariados advindos de instituições municipais, estaduais e federais, algumas com suporte econômico internacional. Isso possibilita infraestruturas de circulação úteis para estabelecer fluxos que compõem as redes com capilaridade regional e nacional.

### **Uma leitura dos fatos históricos para compreensão da hegemonia do atraso**

A ideia de instalação de uma termelétrica movida à biomassa de dendê em uma das regiões mais carentes do Brasil no interior do Amazonas promove reflexões de inclusão social dessa população regional com precário serviço de fornecimento de energia elétrica provocando consequências sociais e econômicas advindas das interrupções e racionamentos crônicos.

A área onde a termelétrica seria construída é próxima das comunidades tradicionais São Francisco e Comunidade Igarapé do Pavão; de uma importante Terra Indígena, a Barreira da Missão; bem como de algumas chácaras ou sítios com proprietários de melhor poder aquisitivo de Tefé. Essas pessoas sendo circunvizinhas à usina termelétrica estariam suscetíveis aos impactos provenientes das operações da usina (Figura 2).

Figura 2 – O lugar de instalação da Usina da BBF em Tefé em 2011. À esquerda da figura: estrada da EMADÉ; ao meio, um igarapé a beira da estrada no entorno do projeto; e abaixo, algumas pastagens de gado vizinhas. À direita da figura: a entrada da Comunidade do Igarapé do Pavão; ao meio, a Comunidade de São Francisco; e abaixo, uma plantação de mandioca, importante meio de produção dos agricultores locais.



Fonte: Arquivos do autor, 2022.

A fauna e a flora dessa parcela da Amazônia são ricas e abundantes com diferentes espécies, muitas destas são endêmicas na região propiciando uma maior cautela do trato da instalação das infraestruturas e seu funcionamento com o meio ambiente. A relação da população do lugar com o meio se baseia a partir da agricultura de subsistência, do extrativismo vegetal e do entretenimento realizado nas propriedades particulares. A assistência social da empresa Brasil Bio Fuels (BBF) nessa fração do município seria fundamental para a boa gestão do empreendimento. Nesse contexto, para se compreender o objeto dessa pesquisa é necessário conhecer os fatos históricos para uma melhor explanação do problema.

Em 2010, a empresa Brasil Bio Fuels (BBF) realizou estudos para implantar uma termelétrica no município de Tefé baseada no uso de biomassa como fonte de energia, primeiramente do capim elefante (*Pennisetum purpureum*), posteriormente, da palma de dendê (*Elaeis guineensis*); um intervalo de cinco anos seria inserido entre uma cultura e outra pelos agricultores da região moradores da Comunidade Igarapé do Pavão. Trabalho que poderia ser utilizado, segundo o projeto inicial, para recuperação de áreas degradadas a partir do plantio de palma de dendê. A energia produzida pela termelétrica, 9.016KW, seria comercializada com a Concessionária Amazonas Energia S.A (atual Manaus Energia S.A), caso a demanda exigisse, a BBF poderia aumentar a capacidade da UTE (EIA-BBF, 2011).

A iniciativa da BBF poderia suprir vários problemas relacionados às interrupções e racionamentos de energia elétrica que prejudicam as atividades econômicas, culturais e sociais da cidade. Um dos grandes problemas que assolam Tefé são os crônicos racionamentos e interrupções no fornecimento de energia elétrica, proporcionando obstáculos ao pleno desenvolvimento da cidade, e conseqüentemente, o bom desenvolvimento de toda a região. Entre 2007 e 2010 ocorreram 2.793 interrupções de energia elétrica na cidade (QUEIROZ, 2012, p.93), o alento para esse problema crônico poderia vir da termelétrica movida a biomassa de dendê em parceria com as atividades dos agricultores locais. Os produtores rurais do entorno do empreendimento poderiam receber subsídios necessários para trabalhar a produção consorciada da palma de dendê e do capim elefante que lhes proporcionaria uma renda significativa.

Promessas e perspectivas foram relevadas pela comunidade local entusiasmando pessoas de toda a região. Entretanto, a área de implantação da usina da BBF já fora palco de diversas disputas políticas e projetos duvidosos anteriormente. Para a compreensão deste processo de implantação é necessário realizar uma leitura do histórico uso desta fração do território por agentes internacionais privados e o Estado envolvendo agricultores, a iniciativa privada e o governo.

Segundo Carvalho (2010, p.175) o governo do Estado do Amazonas criou em 1982, a Empresa Amazonense de dendê (EMADE), com o objetivo de instalar um mega projeto para o cultivo de dendê no município de Tefé. O projeto pretendia cultivar a palma e instalar uma agroindústria dos subprodutos do dendê. Aproximadamente 26 milhões de dólares foram alocados pelo Banco Mundial (BID), porém grande parcela dos recursos foi desviada. A área do projeto possuía 273 mil hectares de floresta, entretanto, apenas 1.400 hectares foram derrubados e no lugar de dendê iniciou-se a prática da agricultura de subsistência por 127 famílias que ocuparam a área trabalhando no plantio de mandioca para a produção de farinha.

Em 1997, foi criada a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Projeto Mapi Igarapé do Pavão (AGROCIP) com o intuito de realizar: a regularização fundiária; o aumento da produção; a melhoria da qualidade dos produtos agrícolas; e o aumento de renda dos associados e da viabilidade da comercialização da produção garantindo preço e mercado para os associados (CARVALHO, 2010, p.176).

Em fevereiro de 2008, a AGROCIP enviou um projeto para a Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR) solicitando melhorias para a região, dentre elas a

recuperação e pavimentação do ramal do Pavão, onde se estabeleceram os agricultores; isso beneficiaria a plantação e produção de mandioca e farinha. A SEPROR enviou funcionários à região com o objetivo de levantar seus problemas e os potenciais agrícolas e florestais. Neste período, o governo decidiu reativar o antigo projeto do dendê em convênio com os agricultores familiares e empresários malasianos (Idem).

A estrada da EMADÉ fora asfaltada pelo governo do estado no início da primeira década deste século, nas proximidades o Estado pretendia construir o porto de Tefé, às margens do rio Solimões, para melhorar e ampliar a estrutura e os serviços do entreposto fluvial existente na cidade.

Os índios das etnias: Kambeba, Ticuna e Kocama compõem a população da “Terra Indígena da Barreira da Missão” que se localizam no perímetro do projeto da antiga Emade. O representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Tefé, Tomé da Cruz, afirmou<sup>3</sup> que os direitos dos índios da Barreira da Missão deveriam ser respeitados com o projeto da dendeicultura e a participação de lideranças nas audiências públicas e reuniões de planejamento era de fundamental importância.

De acordo com o advogado da Prelazia de Tefé Dr. Claudemir Queiroz <sup>4</sup> no início da década de 1970 o Bispo Dom Joaquim de Lange corroborou para a doação de terras da Prelazia de Tefé para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) com objetivo do estabelecimento de Terra Indígena para estas respectivas etnias. O respectivo advogado e historiador comenta que as relações provenientes dos atores que elencam os conflitos de terra na região (grileiros, posseiros, seringueiros, índios, agricultores, latifundiários, etc.) precisam ser monitoradas pela Igreja em função da complexidade social do problema e do protagonismo dessa instituição religiosa na região desde o século XVIII.

Desta forma, a Igreja mantém com os índios uma relação de suporte e ajuda significativa na região, analisando com cautela, porém com rigidez nas ações, toda e qualquer manipulação dos recursos naturais no perímetro que possa ocasionar consequências negativas aos índios e aos interesses institucionais da Prelazia de Tefé.

No mês de maio de 2008, em parceria com a Felda Global Ventures Holding, agência do governo da Malásia, a Braspalma da Amazônia Agroindustrial iniciou estudos

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida por Tomé da Cruz, representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Tefé, em 16/11/21.

<sup>4</sup> Entrevista concedida por Dr. Claudemir Queiroz, advogado da Prelazia de Tefé e consultor ambiental, em 08/11/21.

de viabilidade técnica e econômica para um projeto requerido pelo governo do estado no valor de 200 milhões de dólares em uma área de 100 mil hectares; destes 20 mil seriam desmatados para a produção de palma de dendê e 80 mil seriam Reserva Legal. O projeto se implementaria na região em que se encontrava a Emade aproveitando inclusive o restante da infraestrutura física do projeto primordial que foi abandonado em 1993.

As ações se iniciaram com a possibilidade de regularização fundiária; por meio cadastramentos realizados com os agricultores que criaram boas expectativas para uma possível reforma agrária. A intenção era iniciar o plantio em janeiro de 2009, porém a Braspalma, empresa brasileira criada por um grupo da Malásia e gerenciada pela própria Felda, não possibilitou a continuidade das atividades de plantio, base do projeto propriamente dito.

Reflete-se este reacender do interesse repentino pela produção do dendê e seus derivados na região, desde o fim da Emade na década de 1990 ressaltando que todo e qualquer projeto que vise o direcionamento de emprego e renda é bem aceito em uma região com poucas oportunidades que providenciem tais benefícios. Com esta proposição alguns dados e fatos são levantados pra uma melhor reflexão sobre a origem deste inopinado interesse para o plantio de palma em Tefé.

Em 2005, a ONG “Amigos da Terra Internacional” presente em 70 países, apresentou um relatório denunciando os impactos ambientais ocorridos entre os anos de 1985 e 2000 vinculados às plantações de palma de dendê na Malásia a qual foram responsáveis por 87% dos desmatamentos de florestas nativas remanescentes. Em Borné e Sumatra, 6 milhões de hectares de floresta tropical foram convertidas à produção. Em 2008, países europeus consumidores realizaram um boicote na compra de palma da Malásia e da Indonésia, em repúdio aos desmatamentos em excesso em países asiáticos (QUEIROZ, 2017).

Supõe-se que com estas limitações talvez a Malásia busque estender suas operações para outros continentes. A Felda, agência estatal de desenvolvimento malaio, estava presente em Sri Lanka, Indonésia, Nigéria e sondou o mercado brasileiro, em Tefé. Estas possíveis extensões do *modus operandi* malaio poderia tornar-se uma saída plausível para as operações da Felda e suas atividades na Amazônia.

Devido ao problema fundiário e pressões de ambientalistas, principalmente em relação ao desmatamento de pelo menos 12 mil hectares de floresta para iniciar o trabalho

desta dendeicultura, o governo estadual amazonense repensou a proposta com a Malásia<sup>5</sup>. De acordo com Jean Pinheiro<sup>6</sup> representante da Comissão Indígena Missionária (CIMI) e do Grupo de Trabalhos Amazônicos (GTA) (entidades vinculadas à Igreja Católica) algumas entidades civis promoveram ações para refletir via encontros sociais os impactos advindos de uma dendeicultura má gerida e com pouca participação popular na cidade; solicitava-se a presença de líderes comunitários com condições de explicar a situação social, esclarecer restrições infraestruturais e solicitar apoio para as parcerias a serem efetuadas na proposta do empreendimento.

Esse projeto estabelecido na área da antiga Emade foi abandonado pelo governo e empresas. Os agricultores locais, na esperança de melhorias, viram todas as possibilidades de realização das atividades se esvaindo pelo não cumprimento do planejamento prometido.

É neste cenário que surge o projeto da BBF em 2010, de forma brusca e esperançosa, promovendo expectativas e condicionando perspectivas à população, não apenas aos trabalhadores agrícolas da Comunidade do Igarapé do Pavão que visavam por condições de trabalho melhores, mas para a população urbana que também deseja o fim dos racionamentos e interrupções de energia elétrica.

### O atraso como instrumento de poder

José de Souza Martins, em sua obra “O poder do atraso – ensaios de sociologia da história lenta” (1999) discute que a persistência do passado se configura como o poder do atraso; “o passado se esconde, e às vezes, se esconde mal, por trás da aparência do moderno (...) a história inacabada, o inacabado e o inacabável (...) nosso nunca chegar ao ponto transitório de chegada” (MARTINS, 1999, p.11). A partir desse pensamento, reflete-se sobre as várias tentativas de diferentes atores no uso de mesmos argumentos para viabilizar o “novo” via projetos de desenvolvimento em Tefé.

A história da sociedade brasileira “não é uma história que se faz. É uma história sempre por fazer” (IDEM). As antigas e atrasadas relações políticas, oligárquicas e de dominação tradicional de base patrimonial permitem que no Brasil o atraso seja um instrumento de poder (MARTINS, 1999, p.13); e isso envolve toda a sociedade em seus

<sup>5</sup> Entrevista concedida por Francisco Aginaldo Queiroz, Grupo de Trabalhos Amazônicos – GTA, 17/11/21.

<sup>6</sup> Entrevista concedida por Sr. Jean Pinheiro, Representante da COMISSÃO Indígena Missionária (CIMI) e do Grupo de Trabalhos Amazônicos (GTA) em 08/11/21.

hábitos e crenças no Estado, a força da sociedade civil fica comprometida frente ao interesse da massa que acredita de maneira vil nas relações governamentais em seu favor. Em muitos outros lugares e países os grupos sociais minoritários alcançaram reformas sociais e políticas benéficas, no Brasil é diferente afirma o autor.

Dessa forma, determinados grupos sociais (agricultores, jovens, índios, religiosos, etc.) se configuram como “agentes da história lenta”. Esses permitem em sua luta condicionada pelos interesses do Estado que pensamentos, estruturas, valores, concepções, conceitos e relações do passado ainda estejam presentes contemporaneamente.

Na Amazônia o passado e o poder do atraso se revivificam nos projetos que visam gerar emprego e renda e a melhoria de condições de desenvolvimento e integração como da energia elétrica da BBF que poderia mitigar o crônico problema de interrupções e racionamentos no estado do Amazonas.

A área do entorno do ramal do Igarapé do Pavão é valorizada pelas suas condições naturais do solo que beneficiam o plantio de dendê. Nesse sentido, iniciativas de projetos com objetivos de utilizar esse solo para a produção de dendê se repetiu em 3 propostas de empreendimentos: da Emade, da Braspalma e da BBF.

No início da década de 1980, a justificativa da implementação das atividades da Emade baseavam-se no aproveitamento desta fração do território tefeense para produção agrícola com fins de geração de emprego, renda e produção de derivados de dendê que impulsionasse a economia local. As mesmas propostas foram direcionadas em 2008 com a Braspalma; porém em 2010 com a BBF somou-se a essas justificativas a proposição de mitigar o problema dos racionamentos e interrupções crônicos de energia elétrica na cidade.

As promessas de solucionar os problemas foram reutilizadas e redirecionadas nos três projetos envolvendo três situações distintas, porém análogas.

Esta é a legitimação do uso do atraso como meio de alavancar relações entre o Estado e empresas, bem como de candidaturas eleitorais. A persistência das relações políticas e sociais do passado é típica de países com sociedades de origem colonial, Martins (1999, p.14) se pergunta: “quais são as condições históricas que estabelecem o ritmo do progresso em diferentes sociedades?”; este ritmo possibilitou processos históricos com diferentes movimentos de apropriação e uso do território, particularmente na Amazônia, onde o vasto território periférico diminui a presença de agentes do Estado para a

fiscalização e gestão das ações e iniciativas ludibriadoras para uma das regiões mais pobres do país.

Neste contexto, reflete-se sobre as várias “amazônias” (GONÇALVES, 2005) que se encontram diferenciadas por territorialidades distintas. Oliveira (1995) comenta sobre estas “amazônias” que se contrastam:

muitos são os contrastes que compõem a realidade moderna dessa região. A história destes contrastes tem um elo comum: a sanha com que grupos econômicos têm-se apoderado das riquezas naturais desse imenso “país” chamado Amazônia (OLIVEIRA, 1995, p.9).

Esta reflexão providencia a lembrança das atividades econômicas advindas da exploração da borracha no século XIX, do Projeto Jari e Projeto Carajás, soma-se a estes a própria hidrelétrica de Tucuruí e a Zona Franca de Manaus juntamente com o seu Polo Industrial; todos são exemplos de projetos que priorizaram interesses capitalistas mundializados, favorecendo corporações internacionais de lugares distantes. Em Tefé esses agentes agiram com o mesmo intuito, expressando interesses de atores estatais e corporativos com intenções internacionais semelhantes; primeiramente da Emade, posteriormente da Braspalma brasileira associada com a Felda malaia, e finalmente, da BBF baseado em biocombustíveis.

No Amazonas, onde o ordenamento territorial a partir da Constituição Federal de 1988 prioriza a conservação e preservação da floresta, enormes gastos com logística e recursos humanos findaram em abandono. Há que se refletir sobre os “povos da floresta”, urbanos ou rurais, indígenas ou agricultores, todos sofrem com a supervalorização da floresta, enquanto os interesses que proporcionam qualidade de vida e dignidade às famílias da floresta são utilizados como instrumentos de conquistas eleitoreiras.

As ações contra o abuso desenfreado aos direitos humanos e sociais e dos recursos naturais se obstruem nas relações políticas, principal instrumento da continuidade das atividades baseadas na troca de favores e na coação financeira e, conseqüentemente, moral da população (MARTINS, 1999).

Martins (1980, p.74) em sua obra “Expropriação & violência: a questão política no campo” reflete sobre o avanço do capital em “novas” regiões, como a Amazônia, que é amplamente estimulado pelo Estado. O movimento de apropriação advindo dos posseiros é caracterizado pelo autor como *frente de expansão* territorial. Outro movimento é o

constituído pela forma empresarial e capitalista de ocupação de território, onde se encontra o Estado e a iniciativa privada, designado pelo autor como *frente pioneira*. Quando a frente pioneira se superpõe à frente de expansão é que ocorrem os conflitos de Terra (MARTINS, 1980), porém, no caso da BBF em Tefé, peijas de Terras são também subsidiados por conflitos de informações.

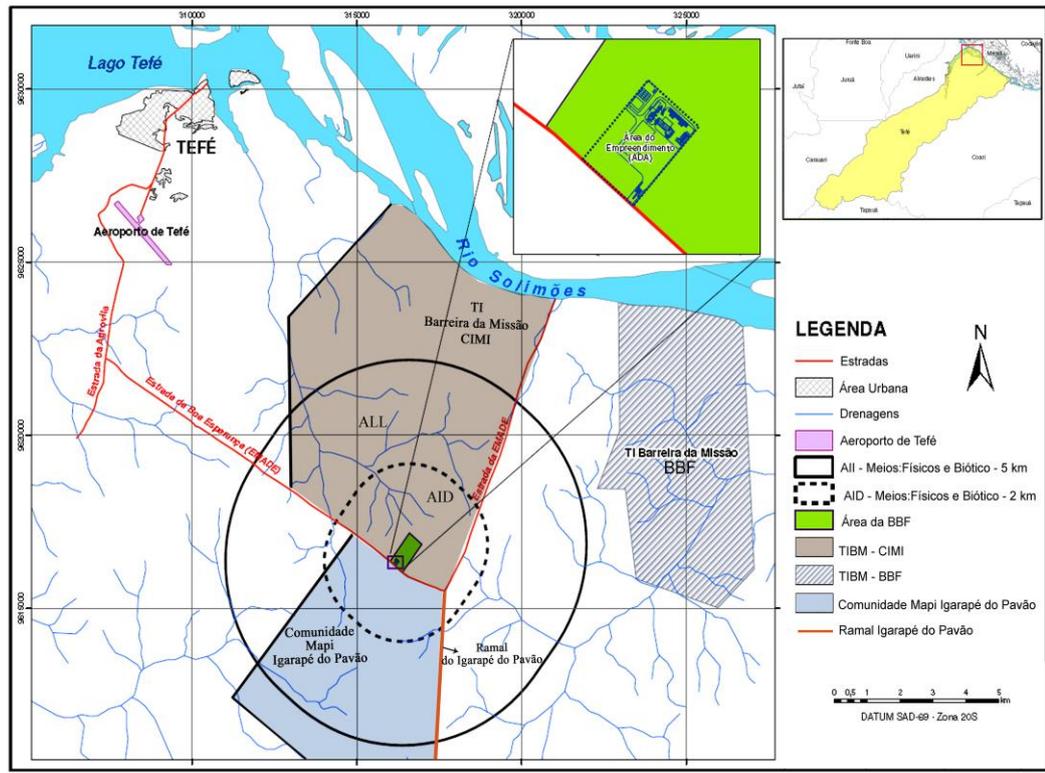
Neste contexto, quando analisado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Termelétrica BBF percebe-se que muitas informações foram manipuladas, várias espécies que não existem na área do empreendimento foram inseridas no documento de apresentação à sociedade, no entanto, espécies endêmicas da área não foram nem citadas (QUEIROZ, 2012). Algumas audiências públicas<sup>7</sup> realizadas com o intuito de reunir e discutir o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) e os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) se tornaram espaços de proposições de ilusões e abstrações. Membros da Agenda Positiva na época como o Dr. Claudemir Queiroz, advogado da Prelazia de Tefé, historiador e consultor ambiental<sup>8</sup>, assim como o Sr. Jean Pinheiro representante da Comissão Indígena Missionária (CIMI)<sup>9</sup> confirmaram que a localização da Terra Indígena da Barreira da Missão foi alterada nos mapas do EIA/RIMA da BBF (Mapa I). Segundo estes senhores entrevistados nessa pesquisa muitas “inverdades” foram direcionadas como produto das intenções relacionadas à construção do empreendimento com financiamento estatal e de empresas internacionais; essas informações enganosas foram direcionadas pelos representantes do projeto nos respectivos documentos e nas audiências públicas organizadas pela Agenda Positiva e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) no Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) e no auditório da Escola Estadual Governador Gilberto Mestrinho em 2011.

#### Mapa I – O confronto de localizações da Terra Indígena Barreira da Missão

<sup>7</sup> Ver: <http://www.amazonas.am.gov.br/2011/08/ipaam-preside-audiencia-publica-sobre-termeletrica-a-biomassa-em-tefe/>; acessado em 10/09/21.

<sup>8</sup> Entrevista concedida por Dr. Claudemir Queiroz, advogado e consultor ambiental, membro da Agenda positiva de Tefé em 08/11/21.

<sup>9</sup> Entrevista concedida por Sr. Jean Pinheiro, Representante da CIMI, membro da Agenda positiva de Tefé em 08/11/21.



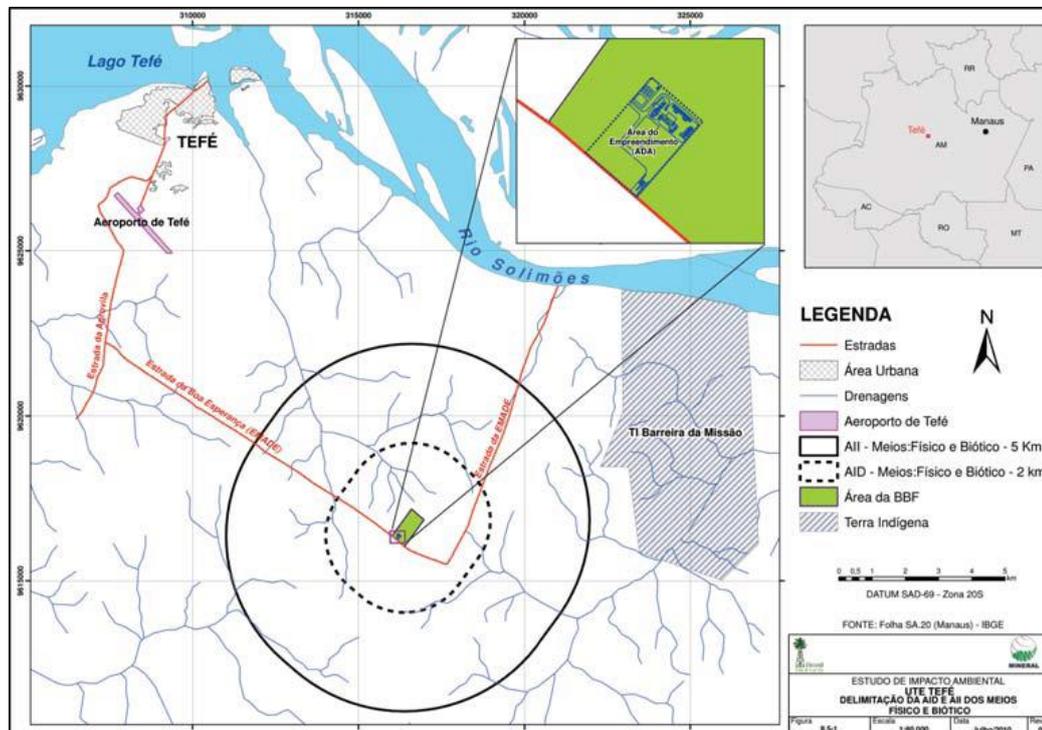
Fonte: EIA-BBF, 2011.  
Adaptado por Kristian Queiroz, 2022.

Os entrevistados argumentaram que o Bispo da Prelazia de Tefé, Dom Sérgio Castriani, requisitou que os representantes da CIMI e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ficassem atentos quanto às atividades em relação à abordagem aos índios da Barreira da Missão e aos agricultores do Igarapé do Pavão com o intuito de levantar informações e dados úteis aos seus interesses. Mas isso não foi o suficiente, o mapa apresentado no EIA mostrava outra realidade (Mapa 1). No mapa da BBF a posição geográfica da Terra Indígena Barreira da Missão (rachurada à direita) foi erroneamente direcionada, a verdadeira posição é a Leste da estrada da Emade e não a Oeste. Essa proximidade com a usina de energia poderia comprometer a segurança dessa população indígena.

Os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) da BBF localiza a Terra Indígena (TI) Barreira da Missão (rachurado no Mapa 1) fora do alcance indicado como Área de Influência Direta (AID) e da Área de Influência Indireta (AII) da futura termelétrica. Por conseguinte, a área do entorno da usina (AID e AII) poderiam sofrer consequências diretas e indiretas, caso um acidente ocorresse, como uma possível explosão de uma caldeira ou a absorção de poluentes desta prejudicando a saúde dos moradores circunvizinhos, impactando a fauna e a flora, concomitantemente. Os representantes da CIMI afirmam que

a verdadeira posição geográfica do território da TI Barreira da Missão (na cor marrom no Mapa 1) está localizada dentro das respectivas áreas de influência (AID e AII), comprometendo a viabilidade do empreendimento. Enfim, as informações foram manipuladas para que a instalação da termelétrica pudesse ser direcionada (Mapa 2).

Mapa 2 – Mapa original do projeto da BBF



Fonte: RIMA-BBF, 2011, p.17.

Estas manipulações de informações possibilitam refletir sobre o verdadeiro propósito do binômio Governo-Iniciativa Privada em Tefé. Considera-se que o desenvolvimento econômico não está vinculado ao desenvolvimento social e às melhorias das condições de sobrevivência da população. Entretanto, esta população pouco percebe que suas condições sociais estão atreladas às condições econômicas. Martins (1999) comenta que:

Quando se fala em bloqueios ao crescimento econômico do Brasil, é impossível não reconhecer a sugestão da precedência do econômico em relação a outras dimensões da vida social (...) é a modalidade do crescimento econômico, o que na verdade, bloqueia o desenvolvimento social e político da sociedade brasileira (MARTINS, 1999, p.52)”.

Nesse sentido, para uma parcela da população rural e da cidade de Tefé, não importava se a BBF manipulou informações e dados técnicos, ou se esta empresa pertencia a um conglomerado político-empresarial advindo de obscuros e nefastos interesses capitalistas; o que realmente interessava para uma parte da população é que este empreendimento pudesse satisfazer e contemplar suas necessidades primordiais de energia elétrica, o impacto social e político são desmerecidos a longo prazo.

Martins (1999, p.46) afirma que “quase toda a população, sem disso ter consciência, está de algum modo envolvida em corrupção”. O autor analisa citando o confronto de aspirações clientelistas e legitimidades sociais nas manifestações populares: “os membros da sociedade protestam contra a corrupção do governo Collor, mas continuam elegendo corruptos para administração pública” (MARTINS, 1999, p.46).

No caso da BBF, estas legitimidades se tornam ambíguas, pois inseridos nas articulações que viabilizariam o projeto da empresa estão os mesmos atores políticos dos tradicionais grupos que favorecem o clientelismo e utilizam a máquina pública como instrumento de poder no caso da Emade em 1982 e da Braspalma, posteriormente. Neste sentido, Martins (1999) comenta que:

As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho do Estado. Em consequência, nenhum grupo ou partido político tem hoje condições de governar o Brasil se não com alianças com estes grupos tradicionais. E, portanto, sem amplas concessões às necessidades do clientelismo político. [...] No fim, o poder pessoal e oligárquico e a prática do clientelismo são ainda fortes suportes da legitimidade política no Brasil (MARTINS, 1999, p.20).

Arroyo (2009) ressalta que os Estados e empresas mostram uma relação simbiótica na qual se necessitam mutuamente (ARROYO, 2009, pg. 482). Pode-se suscitar o pensamento de Faoro (1998) quando adverte que se no capitalismo brasileiro for retirado o Estado pouco ou nada sobrar.

Martins (1990, p.20) em sua obra “O cativo da terra” advoga que o capital se instala e se adapta às relações não capitalistas para suprir sua própria expansão, para setores e lugares que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. Por conseguinte, em regiões longe do interesse do grande capital, o capitalismo

se adapta aos condicionantes regionais baseados no comércio e na circulação de mercadorias. Neste sentido, estes agentes econômicos no Amazonas possuem um elo político e empresarial, favorecendo seus planejamentos e suas ações para se perpetuarem no poder.

O problema do ritmo das formas de disseminação do capitalismo é fundamental para análise em regiões fora do interesse do grande capital que estão inseridas de forma rarefeita ao meio técnico-científico-informacional, o meio geográfico contemporâneo, como é o caso da região do Solimões onde se localiza Tefé.

Todo o esforço que a BBF e o Governo engendrou para o estabelecimento de uma termelétrica com investimento privado e apoio estatal direcionava-se à viabilização da comercialização de mercadoria; ou seja, a energia elétrica produzida na BBF seria negociada e vendida para a concessionária local, a Manaus Energia. Era secundária a justificativa e o interesse de suprir renda e melhorias para os trabalhadores rurais ou para mitigar os problemas da incipiência na produção, distribuição e transmissão de energia elétrica.

A distribuição da energia é demandada via interesses corporativistas da iniciativa privada que possui um poder político de ação sobre o território (QUEIROZ. 2012). Antas Jr (2005) afirma que “essa transformação no caráter da cobrança da energia elétrica — da tarifa sobre um bem para preço de mercadoria — é um mecanismo gerador de desigualdade e de exclusão” (ANTAS JR, 2005, p. 13).

Também era secundário o interesse do Estado no asfaltamento da estrada da Emade para melhoria da logística para a construção do porto da cidade. Em meados de 2008 o governo anunciou que seria feito um levantamento fundiário da região pelo Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM) para reconhecimento da situação de ocupação e posterior titulação das áreas. Nos meses seguintes, porém, o Grupo de Trabalhos Amazônicos (GTA) recebeu a informação de que o ITEAM não estaria visando à titulação das áreas de posse, mas fazendo um levantamento sobre a disponibilidade dos agricultores em se integrar ao projeto de cultivo de dendê da Braspalma; esses camponeses amazônidas se animaram com as propostas de trabalho. De acordo com Joaquim Francisco<sup>10</sup>, agricultor da Comunidade do Igarapé do Pavão, algumas listas de trabalhadores foram direcionadas para

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida por Sr. Joaquim Francisco. Agricultor da Comunidade do Igarapé do Pavão, em 20/11/2021.

cadastro de pessoas aptas ao trabalho com dendê criando perspectivas para um futuro promissor de serviços em parceria com o futuro projeto.

Não obstante, o porto de Tefé seria construído no rio Solimões no limite da área da Emade e não no rio Tefé onde a cidade se encontra; esse passaria a ser de uso exclusivo da Braspalma e as estradas de acesso a Tefé pelo rio Solimões seriam privatizadas. Ambos os projetos, do Porto e da Braspalma foram abandonados novamente nessa mesma fração territorial onde pairam esperanças e conflitos de tempos em tempos, exibindo o poder do passado e o vigor do atraso.

Figura 3 – O lugar onde seria construído o Porto de Tefé em 2011



Fonte: Arquivo do autor obtido no trabalho de campo, 2022.

Considera-se que o Estado e a iniciativa privada em Tefé, são atores de um capitalismo regionalizado, o que Santos e Silveira (2001, p.257) designam de “globalização relativizada”, ou seja, as diferentes formas de adaptação que o modo de produção capitalista admite para sua expansão. Isso configura o que Martins (1990) afirma sobre o uso pelo modo de produção capitalista de relações não capitalistas (os agricultores da Comunidade do Igarapé do Pavão) que corroboram para o estabelecimento das relações capitalistas em áreas e setores onde estas relações estão baseadas no comércio, no caso em questão no mercado de energia elétrica.

“O capitalismo já nasce mundializado, a agricultura não é área de interesse de aplicação de capital no mundo e o Estado não quer controlar a propriedade privada da

terra”<sup>11</sup>. O binômio Governo-Propriedade Privada em Tefé no caso da BBF procurou estabelecer uma tentativa de monopolizar a comercialização, de energia elétrica, que desde o Plano Nacional de Desestatização (PND)<sup>12</sup> deixou de ser um direito do cidadão e passou a ser uma mercadoria.

### Os reflexos do atraso - considerações finais

As perspectivas que se apresentam para as famílias da Comunidade do Igarapé do Pavão (mais de 2.000 pessoas), para as etnias indígenas da Terra Indígena da Barreira da Missão e para os proprietários de terras privadas desta área no território tefeense são conflituosas.

O ITEAM não pode gerir qualquer procedimento de doação ou concessão dessas áreas, uma vez que se encontram dentro dos limites do município de Tefé, este sim quem compete determinar qualquer procedimento referente a elas. Além disso, a Lei Orgânica de Tefé (1990) permite apenas a transferência de uso de terras - e não doação - mediante concessão, ou permissão a título precário, por tempo determinado (conforme interesse público), por meio de decreto municipal.

Ressalta-se que em qualquer processo de concessão de área pública deve haver processo licitatório, no caso da “Macrozona Novo Horizonte”, onde se localiza a área da Emade a maioria das terras já foi doada para pessoas físicas e jurídicas de Tefé e existem poucas áreas públicas municipais.

O fato da administração pública municipal ter “participado” na distribuição das terras no início do Projeto da EMADÉ, na década de 1980, facilitando a entrada de comerciantes e engenheiros nas maiores e melhores áreas (CARVALHO, 2010, p.175), corroborou para que atualmente<sup>13</sup>, sucessivas transações de venda e revenda possibilitassem a valorização destas terras, o que propiciou um processo de inflacionamento nos preços de revenda.

A população da Comunidade Mapi Igarapé do Pavão (conforme visto no Mapa 1), localizada próximo de onde seria implantada a termelétrica da BBF, requisita a legitimação

<sup>11</sup> Notícia fornecida pelo Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira em sala de aula no Curso de Pós Graduação em Geografia Humana, São Paulo, setembro de 2012.

<sup>12</sup> Lei no 8.031, de 12 de abril de 1990, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND) e criou o Fundo Nacional de Desestatização, sob a gestão do BNDES (QUEIROZ, 2012).

<sup>13</sup> O surgimento de escrituras fictícias de terrenos nesta área da estrada da Emade e a “venda múltipla”, ou seja, o “golpe” de vender a mesma propriedade para pessoas diferentes, com diferentes títulos de propriedade do mesmo terreno, são exemplos que se iniciaram desde 1982, quando da participação de grupos políticos e empresários na área de estudo.

de terras nesta área, este processo está sendo acompanhado pelo CIMI e a CPT. No entanto, o CIMI e a FUNAI estão recebendo reclamações dos índios da Terra Indígena da Barreira da Missão que solicitam a ampliação de seu território, segundo o antropólogo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Guilherme Gitahy há várias etnias não oficiais na Barreira da Missão, isto produz conflitos envolvendo os interesses não de uma, mas de vários grupos étnicos<sup>14</sup>. Diante disso, o depoimento do professor se configura como um alerta para precauções a serem definidas para mitigar posteriores conflitos sociais entre índios e agricultores na aquisição e legitimação da propriedade da terra nesta área.

A dependência da sociedade brasileira ao Estado é criticada de forma incisiva por José de Souza Martins na obra “O poder do atraso” (1999), o que proporciona uma reflexão contemporânea. O sistema político derivado da estrutura da propriedade da terra quando utilizado como instrumento de análise desta dependência do Estado para induzir desenvolvimento econômico e social acaba por exibir vários “Brasis” como o da região do Solimões no Amazonas. Este desenvolvimento se obstrui nas políticas territoriais que muitas vezes valoriza mais a selva e seus recursos naturais do que o caboclo amazônida, os “campesinos dos rios”.

Com estes conflitos ressurgindo neste local, a possibilidade de advir outro projeto “milagroso” para recriar a esperança de mitigação de velhos problemas é proeminente. Projetos estes baseados em empreendimentos advindos dos interesses do Estado e da iniciativa privada representada pelos tradicionais grupos políticos de cunho clientelista da região. Martins (1999) enfatiza que “nem é preciso dizer que essa associação entre capital e terra é, na verdade, uma poderosa e devastadora aliança de classes sociais, que fragiliza enormemente os trabalhadores, em particular, os trabalhadores rurais” (MARTINS, 1999, p. 153).

O atraso como instrumento de poder, permite refletir que o “Estado é instrumento da sociedade e não a sociedade é instrumento do Estado” (MARTINS, 1999, p. 50). Deste ponto, observa-se que as conquistas que alavancaram lideranças, associações, grupos de trabalhadores, intelectuais, cooperativas e até instituições, não nasceram de anseios apenas por desenvolvimento econômico ou melhorias das condições financeiras e de trabalho. Martins (1999, p.156) enfatiza que “a questão da terra e do trabalho foi posta em termos de reformas sociais e não em termos de reformas meramente econômicas”.

Evidencia-se que, de acordo com Martins (1999, p. 21), o entendimento, o conhecimento e o uso das fragilidades da modernização do Estado que baseia suas relações

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida por Guilherme Gitahy de Figueiredo, antropólogo e pesquisador, em 10/11/2021.

políticas e sociais nos interesses contraditórios tradicionais e modernos, devem ser exploradas para que provoque mudanças políticas no Brasil. Essas fragilidades representam os pontos onde os movimentos sociais precisam agir; estes se sofisticaram nestes tempos de globalização, exemplificando uma delas, pode-se citar a vitória do presidente dos EUA Barack Obama baseada em grupos sociais da internet; uma tendência para manifestações populares organizadas virtualmente com impactos significativos na sociedade (Primavera árabe, Revolta dos 30 centavos que derrubou a presidente Dilma, etc.).

Os condicionantes que permitem construir uma história inacabada, a história lenta, a espera do progresso, história que prossegue mesmo sem ter um epílogo, isto é o que permite “saltar etapas” (SANTOS, 1994, p.148); ou seja, o processo de amadurecimento social que leva a uma cidadania pouco vigorosa baseada na ideia que a socialização do capital, a globalização que intensifica as relações sociais, possibilitou um andar acelerado no avanço dos serviços, infraestruturas e equipamentos, baseados principalmente no acesso às informações.

A história inacabada induz a pensar sobre a permanência do velho como um “relicário social” advindo de uma comunidade eminentemente cristã, que valoriza os princípios e costumes do respeito e admiração pelos que estão no poder; e também o conservar das relações com a elite que apoia a instituição religiosa, mesmo que esta atue de maneira indistinta.

Evidencia-se que isto possa gerar uma resistência ao novo ou uma adaptação deformada à contemporaneidade no que cabe à racionalidade dos métodos capitalistas que se impõem na formação de um capitalismo territorial. Em sua obra, Fernandes (2008 [1979], p.65) afirma que “o horizonte intelectual do empreendedor deve ser alterado, como requisito para a formação de uma mentalidade econômica compatível com o grau de racionalização dos modos de pensar, de sentir e de agir inerentes à economia capitalista”.

Martins (1999, p.55) referencia a “resistência social à mudança” de Florestan Fernandes com intuito de discutir a atuação do capital em uma nova e transformada realidade social, no caso, a partir do fim do escravismo. O autor comenta que Florestan discutia a questão do desbloqueio, da superação dos constrangimentos ao desenvolvimento e à modernização no âmbito das classes subalternas, das populações pobres, rurais e urbanas, cujas dificuldades de inserção ao mundo moderno decorriam de uma socialização desfavorável à mudança (IDEM).

Fernandes (2008 [1979], p.73) comenta que “os fatores de desenvolvimento são calibrados em função das constelações histórico-sociais em que se integram e nas quais operam dinamicamente, como forças sociais construtivas”. Neste contexto, estas forças sociais construtivas são limitadas e incipientes em relação à pressão dos empreendimentos que permitem uma racionalidade inerente à economia capitalista. Deste ponto surgem os diversos problemas sociais gerados a partir de uma imposição destes projetos em uma população que ainda não possui este amadurecimento e esta percepção de sua condição social como grande parte das populações pobres amazônicas.

Martins (1999, p. 163) afirma que as proposições econômicas não podem limitar as ações, principalmente quando limita as iniciativas de lutas dos trabalhadores como os partidos e os sindicatos. O autor valoriza a diversidade e a alteridade como meio para superar obstáculos e diferenças. Assumindo uma posição intelectual precursora da contemporânea sociologia ambiental. Declara que é necessário reconhecer e assumir a diversidade da unidade e que “o processo só tem sentido se for processo pluralista” (MARTINS, 1999, p.163).

No que cabe a análise dos moradores dos arredores da Estrada da Emade que lutam pela propriedade de terras desde a década de 1970, este pensamento de Martins pode ser utilizado como um subsídio intelectual para um possível planejamento de ações que propicie a mitigação de seus conflitos. Esta área onde se localiza índios, agricultores, posseiros, empresários, proprietários de terras, aventureiros, trabalhadores de comunidades vizinhas possui muitas contradições e divergências que na verdade estão baseadas em interesses análogos, representados pelo anseio de possuir efetivamente um pedaço de terra.

Orlando Valverde (1985, p.266) afirma que “a reforma agrária é uma operação muito complexa, mas inadiável e que só pode ser enfrentada em soluções regionais”. A alteridade e o desbloqueio das diferenças dos agricultores da região do Solimões no Amazonas podem levar ao desbloqueio dos entraves que impedem o desenvolvimento por intermédio do conhecimento das necessidades do outro que somadas e sistematizadas, levarão ao entendimento das necessidades de todos.

O projeto da BBF foi utilizado neste artigo como um instrumento para discussão destes problemas tão comuns no grande Brasil, onde os interesses dos agricultores são objetos de exploração de políticos, grandes corporações, igrejas, instituições e empresas que corroboram para o arcabouço do binômio Governo-Iniciativa Privada.

Na Amazônia, periferia da periferia (GONÇALVES, 2005), que abriga lugares como Tefé, reflexões são necessárias para que as diferenças e contradições sociais sejam relevadas com o intuito de permitir um pleno desenvolvimento; para isso é preciso a supressão da história das desigualdades e a emergência da história da equidade, do respeito e da dignidade.

### Referências

AGINALDO, Francisco. **Grupo de Trabalhos Amazônicos**. Tefé, 17 nov. 2021. Esclarecimentos sobre os conflitos sociais provenientes de projetos da Dendeicultura na estrada da Emade em Tefé. Entrevista concedida a Kristian Oliveira de Queiroz.

ANTAS Jr., Ricardo Mendes. **Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005.

ARROYO, Mónica. **Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ARROYO, Mónica. A globalização pensada a partir do espaço geográfico. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da.(orgs.). **Espaço e tempo: complexidades e desafios do pensar e fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonia (ADEMADAN), 2009.

CARVALHO, José Barbosa. **Desmatamentos, grilagens e conflitos agrários no Amazonas**. 1º Ed. Manaus: Editora Valer, 2010.

COSTA, Wanderley Messias da. Ordenamento territorial e Amazônia: vinte anos de experiência de zoneamento ecológico e econômico. In: BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emílio F.; ALVES, Diógenes S. (orgs.). **Amazônia: natureza e sociedade em transformação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CRUZ, Tomé da. **Fundação Nacional do Índio**. Tefé, 16 nov. 2021. Esclarecimentos sobre os conflitos indígenas provenientes de projetos da Dendeicultura na estrada da Emade em Tefé. Entrevista concedida a Kristian Oliveira de Queiroz.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA. UTE: TEFÉ. **Brasil Bio Fuels S.A.** São Paulo: Mineral Engenharia e Meio Ambiente Ltda., 2011.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. 13 ed. São Paulo: Globo, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Global, 2008 [1979].

GITAHY, Guilherme. **Universidade do Estado do Amazonas**. Tefé, 11 nov. 2021. Esclarecimentos sobre as etnias e dos conflitos sociais provenientes de projetos da Dendeicultura na estrada da Emade em Tefé. Entrevista concedida a Kristian Oliveira de Queiroz.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra: história social e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do Censo 2010**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação & violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios sobre a sociologia da história lenta**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Série educando. 5 ed. Campinas: Papirus, 1995.

PESSOA, Protásio Lopes. **História da Missão de Santa Teresa Dávila dos Tupebas – Tefé**. Manaus: Editora Novo Tempo, 2005.

PINHEIRO, Jean. **Comissão Indígena Missionária**. Tefé, 08 nov. 2021. Esclarecimentos sobre os conflitos sociais provenientes de projetos da Dendeicultura na estrada da Emade em Tefé. Entrevista concedida a Kristian Oliveira de Queiroz.

PINHEIRO, Wallace Meirelles. **Políticas Públicas: o planejamento municipal como base para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Manaus: Editora Valer / Uninorte, 2008.

QUEIROZ, Claudemir. **Assessoria Jurídica da Prelazia de Tefé**. Tefé, 08 nov. 2021. Esclarecimentos do papel da Igreja Católica nos conflitos sociais provenientes de projetos da Dendeicultura na estrada da Emade em Tefé. Entrevista concedida a Kristian Oliveira de Queiroz.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Entre motores e velas – os racionamentos e interrupções de energia elétrica no Amazonas**. Curitiba: Editora CRV, 2012.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **A formação histórica do território tefeense**. Curitiba: Editora CRV, 2015.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Integração e globalização relativizada – uma leitura a partir de Tefé no Amazonas**. Manaus: UEA Edições, 2017.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. Globalização e integração territorial – o caso da região de Tefé no Amazonas. **Confins Revue**, v. 35. n. 35. Paris: 2018.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Os flutuantes dos lagos urbanos do Solimões: dinâmica espacial e territorialidade flutuante**. Manaus: Editora UEA, 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Coleção Milton Santos. 4º ed. 5 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 1. ed. [1996].

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. Coleção Milton Santos. II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1994].

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13º ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 1. ed. [2001].

SILVEIRA, Maria Laura. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, M.A.A.de (org). **Território brasileiro. Usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Estrutura urbana de cidades médias amazônicas: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

THÉRY, Hervé e MELLO, Neli. **Atlas do Brasil: desigualdades e dinâmicas do território**. São Paulo: EDUSP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

Recebido em: 16 de fevereiro de 2022

Aprovado em: 28 de abril de 2022